

TEMPO NÃO GARANTE DESENVOLVIMENTO DE UM PAÍS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Jornal Valor, Especial 500 Anos de Economia, May 2, 2000

O que aprendemos nestes 500 anos de economia brasileira? Certamente, que tempo não garante desenvolvimento. A colonização dos Estados Unidos começou 100 anos depois da brasileira, a da Austrália, pelo menos 200 anos depois, e no entanto a renda por habitante desses países é várias vezes maior do que a brasileira. Também, que industrialização não leva automaticamente ao desenvolvimento, como pensávamos há 50 anos atrás. O Brasil é um país industrializado, e todavia subdesenvolvido. Nem mesmo a educação, que hoje é reconhecida como o fator mais importante para promover o crescimento econômico, assegura prosperidade. Neste caso, não é para o Brasil que temos que olhar, mas para a Rússia, que tem um elevado nível de educação, mas vê sua economia voltar para trás ao invés de progredir desde que o regime comunista entrou em colapso.

Por último, continuando ainda a listar negativas, aprendemos que, ao contrário do que também pensávamos nos anos 50, o desenvolvimento jamais se torna automático, auto-sustentado no sentido original da expressão. Imaginávamos que uma vez ultrapassada a acumulação primitiva de capital e instaurado no país um capitalismo industrial, os empresários seriam obrigados a investir não apenas para realizarem lucros, mas como uma condição de sobrevivência em um mercado competitivo. O desenvolvimento poderia continuar sujeito a ciclos, mas retomaria sempre o desenvolvimento. Ora, nos últimos 20 anos a economia brasileira permaneceu quase estagnada. A taxa média de crescimento da renda por habitante foi de apenas 0,7 por cento ao ano contra um crescimento de 2,5 por cento nos

países da OCDE. Isto não apenas negou o caráter automático do desenvolvimento depois de ultrapassado um determinado limiar, mas também pôs por terra um consenso derivado da teoria econômica: o da convergência. O Brasil, como os demais países em desenvolvimento, exceto alguns países do sudeste asiático, não convergiram para os níveis de renda por habitante dos países desenvolvidos. Pelo contrário, o fosso existente entre eles apenas cresceu.

E as teorias do imperialismo, que eram tão populares nos anos 50 e 60, explicam alguma coisa? Não creio. É inútil queremos atribuir aos outros os nossos próprios fracassos. Sem dúvida a colonização de povoamento inglesa foi muito mais eficiente do que a colonização de exploração mercantil portuguesa. Quando os Estados Unidos se tornaram independentes, já haviam reunido as condições necessárias para que seu desenvolvimento acompanhasse o dos países da Europa Ocidental, enquanto que o Brasil chegou à independência com uma economia decadente em relação ao ciclo do ouro, sem um mercado interno nem um nível de educação e de integração social que propiciassem o desenvolvimento econômico.

Por outro lado, quando o colonialismo mercantil, no século dezanove, após a revolução industrial, é substituído pelo imperialismo, e submete a África e grande parte da Ásia, podemos dizer que é nesse momento que se define o subdesenvolvimento brasileiro? Embora haja debates a respeito, as pesquisas mais confiáveis nos dizem que no momento da independência nosso nível de atraso em relação aos Estados Unidos ou à Inglaterra já era semelhante ao existente hoje. Isto significa que durante o período de vigência do imperialismo clássico (1820 – 1930 aproximadamente) as taxas de crescimento da economia brasileira foram aproximadamente as mesmas ocorridas nos países centrais. Nestes termos, embora a clássica tese de Prebisch da deterioração secular das relações de troca continue um bom argumento em favor da industrialização, não explica o subdesenvolvimento brasileiro ou latino-americano.

O que, então, explica nosso atraso nestes 500 anos, e, também, nestes últimos 20 anos (já que entre 1850 e 1980) nossas taxas de crescimento foram comparáveis às dos países mais dinâmicos? Eu sempre poderia escapar pela porta da explicação óbvia mas que nada explica: temos que buscar as origens do nosso subdesenvolvimento em um conjunto de fatores. Muito

bem. Mas nesse conjunto, qual terá sido o fator mais importante? O que nos faltou mais do que aos países hoje desenvolvidos?

Hoje está na moda falar na importância das instituições, ou seja, do bom Estado. Eu diria, que além do bom Estado, é preciso também pensar no bom governo. Faltou-nos bom Estado e bom governo. Faltou-nos ambos no período colonial. Os portugueses foram colonizadores terríveis, e quando nos tornamos independentes, necessitamos pelo menos de 30 anos para conseguirmos um mínimo de ordem ou de estabilidade política no país.

Os 100 anos que se seguiram a implantação da ordem no Brasil, entretanto, foram de razoável estabilidade econômica e política e grande desenvolvimento econômico. Tivemos, sem dúvida, crises políticas que coincidiram ou se relacionaram com crises econômicas: a Abolição e a República foram seguidas pelo Encilhamento; a Revolução de 1930 ocorreu no momento em que começava a Grande Depressão dos anos 30. Nosso Estado foi sempre autoritário e elitista, e nossos governos muitas vezes deixaram a desejar. É preciso, entretanto, reconhecer que o Poder Moderador foi exercido por D. Pedro II com prudência, e que, no século vinte, a revolução industrial brasileira e a modernização do país foram marcadas por uma figura com porte de estadista, não obstante todas as faltas que possamos lhe atribuir: Getúlio Vargas. Nos últimos 30 anos, entretanto, cometemos gravíssimos erros de política econômica, que nos levaram a uma profunda crise do Estado, e, em consequência, nos últimos 20 anos amargamos um elevado grau de instabilidade macroeconômica que durou tanto tempo em grande parte devido aos repetidos erros de política econômica: erros relativos à adoção de um “estratégia” de crescimento com endividamento externa, à elevação irresponsável da despesa e do déficit público, à manutenção da taxa de câmbio em níveis irrealista, e ao uso da taxa de juros para corrigir os erros anteriores.

Há muitos jovens economistas que supõe que a importância das as instituições para o desenvolvimento econômico foi descoberta por Douglas North e pelos neo-institucionalistas contemporâneos ligados à teoria econômica neoclássica. Isto é uma tolice de quem não leu Smith, Marx, Schumpeter, ou Celso Furtado. Não importa. O fato é que as instituições são fundamentais para o desenvolvimento. O desenvolvimento capitalista jamais teria ocorrido não fossem os italianos terem inventado a sociedade por quotas de responsabilidade limitada,

os títulos de crédito e a contabilidade por partidas dobradas, e os ingleses e mais amplamente, os iluministas, terem garantido os direitos civis, ou sejas o direito à propriedade e à liberdade.

Mas os liberais se enganam quando pensam que boas instituições garantem bons governos. Facilitam sua existência, mas não garantem. Bons governos surgem de uma sociedade coesa e crescentemente democrática. Surgem de uma maior homogeneização e integração da sociedade que só a garantia dos direitos políticos e dos direitos sociais podem proporcionar. No Brasil, caminhamos lentamente para isto.

Tivemos um grande retrocesso com o regime militar de 1964-1984. O populismo que envolveu a redemocratização não nos ajudou a termos bons governos, como não nos ajudou o globalismo ou o entreguismo das nossas elites nos anos 90. Ficou claro para a nação de que era preciso reformar o Estado, mas essas elites confundiram muitas vezes a urgência de reconstruir o Estado e de dar mais espaço à coordenação pelo mercado com a pregação neoliberal de reduzir o Estado ao mínimo e de, assim, enfraquecê-lo perante o mercado.

De qualquer forma, a sociedade civil desenvolve-se no Brasil, torna-se cada vez mais plural e mais democrática, os poderes dos seus integrantes aumentam e se contrabalançam, um espaço público vai surgindo no qual seja possível o verdadeiro debate. Reside aí a esperança de aprendermos com nossos erros, de termos um melhor Estado e de melhores governos no Brasil. Reside aí a esperança de afinal recuperarmos o atraso destes 500 anos, que, mais do que comemorar, nos obriga a pensar o Brasil e procurar definir, frente a cada problema, em cada caso, como aprofundar a democracia e afirmar o interesse nacional.